

Covas fará parcerias com setor privado

Acordos com empresários incluirão estágios na formação dos 500 mil alunos que concluem anualmente o ensino médio, eleito prioridade do segundo mandato do governador

IRIS WALQUIRIA CAMPOS
e GABRIELA ATHIAS

Mário Covas elegeu o ensino médio como sua prioridade para o segundo mandato à frente do governo de São Paulo, em sintonia com o discurso do ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Trabalhando com um orçamento apertado para atender uma rede de 6 mil escolas públicas (a perspectiva é elevar os atuais R\$ 3,9 bilhões para R\$ 4,1 bilhões em 1999, descontando o pagamento dos inativos), Covas deverá, no curto prazo, formalizar parcerias com o setor privado para atingir seu objetivo.

A idéia é firmar acordos com empresários para que os 500 mil alunos que saem anualmente do ciclo médio estejam mais capacitados para enfrentar o mercado de trabalho.

A proposta inclui estágios de três meses em áreas tidas como potencialmente promissoras para futuras contratações – entre essas, a da informática e turismo e a parte de serviços da agricultura. Mas há também contatos no setor industrial que passam pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), para acelerar programas conjuntos com o Serviço Nacional da Indústria (Senai) e, pelo comércio, com o Serviço Nacional do Comércio (Senac). “São Paulo é cada vez mais um pólo de serviços”, diz Hubert Alquéres, secretário-adjunto da Secretaria de Estado da Educação.

Ainda sem saber se permanecerá como titular da pasta de Educação, a secretária Rose Neubauer teve um aceno de que as reformas iniciadas no âmbito estadual terão respaldo em nível municipal: o prefeito Celso Pitta nomeou para essa esfera João Gualberto, ex-professor de Neubauer e ligado à cúpula educacional do PSDB.

Neubauer está em Nova York, deixando Covas à vontade para tomar sua decisão. Ao saber, por telefone, da indicação de Gualberto, recomendou a Alquéres o comparecimento à posse.

A reorganização da rede – que separou os alunos do ensino fundamental do médio – e o fim da repetência foram as decisões de Neubauer mais criticadas na comunidade, formada por 6 milhões de alunos, seus pais e 238 mil professores. A queixa diz

mais respeito à falta de comunicação entre a secretaria e seu público (houve pequeno alcance para os objetivos das medidas) do que propriamente em relação ao conteúdo dos novos projetos.

Até hoje, os pais da comunidade da Vila São Carlos, em Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo, por exemplo, acreditam que a reorganização é um problema de segurança pública, já que os estudantes mais novos foram separados dos mais velhos.

A criação de escolas específicas para adolescentes é, no entanto, fruto da atual orientação pedagógica, que prevê espaços mais apropriados para os jovens (com equipamentos de informática, laboratórios e salas de reunião), assim como a readaptação das áreas para as crianças menores (adequação de móveis e bibliotecas).

Investir na formação dos adolescentes foi um dos compromissos assumidos em julho pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, na abertura do encontro da Organização dos Estados Americanos (OEA) com os ministros da Educação dos 34 países mem-

bro, em Brasília. O presidente reconheceu, na ocasião, a importância da mão-de-obra qualificada em um mercado exigente e com índice crescente de desemprego.

Da parte dos professores, as críticas à repetência partiram especialmente dos que sentiram ter sido esvaziada sua autoridade: os estudantes hoje são avaliados ao final de ciclos e não mais podem ser retidos de um ano para outro por “falta de nota”. Esses professores argumentam ser difícil criar a “escola ideal” em ambientes onde muitas vezes é notória a falta de segurança e que perderam um instrumento forte de controle dos jovens. Há ainda os que enxergam o fim da repetência como uma medida para resguardar os cofres da secretaria – livrar a rede dos repetentes significa poupar, já que o custo do aluno/ano é de R\$ 700,00.

Alquéres rebate essas críticas com dois argumentos. Ele entende que a progressão automática contribui para diminuir a evasão escolar, que caiu quase 10% no ensino médio, durante os quatro anos do governo Covas: de 21,2%, em 1995, para 12,8%. No ensino fundamental, a redução foi de 9,1% para 5,4%, no mesmo período. “Se os alunos ficam na escola é porque



Escola Vereador Leolino Pereira dos Santos, em Itaquaquecetuba: reorganização da rede foi mal-entendida

encontram um ambiente propício”, diz ele. Além disso, o índice de acertos dos alunos no Sistema de Avaliação da Rede Estadual de São Paulo (Saresp) aumentou cerca de 20% em português e matemática nos últimos dois anos.

A reforma do ensino empreendida por Neubauer incluiu ainda a elevação de 3,5 horas para 5 horas os turnos letivos, benefício que atinge hoje 4,5 milhões de alunos. Essa exigência da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) habilita os professores a trabalhar melhor os diferenciados conteúdos das matérias, dentro de currículos mais regionalizados e flexibilizados.

Essa política tem aumentado o fluxo dos alunos que saem do ciclo fundamental e chegam ao médio. A rede estadual tem hoje 1,52 milhão de alunos matriculados no ensino médio – era 1,17 milhão em 1995 e 597,3 mil em 1988 –, enquanto as matrículas nas escolas particulares vêm-se mantendo estáveis nesse nível.

Mas há outro fator que, segundo Alquéres, explica essa evolução dos índices: o mercado fez sua opção pela qualificação profissional. Jovens que estavam fora da escola estão retornando para os estudos para garantir ocupação com melhor remuneração.

Alquéres cita o programa de capacitação dos professores (plano de carreira e salário) como mais um gol da secretaria. Além de ter descentralizado a capacitação (R\$ 45 milhões foram geridos pelas 145 delegacias de ensino nos últimos quatro anos), aos salários foram incorporadas as gratificações

ÍNDICE DE DESEMPENHO

Ensino Médio

Ano	Promoção	Retenção	Evasão
1980	65,2	18,4	16,4
1985	60,3	14,2	25,5
1990	65,2	12,0	22,7
1995	70,6	8,2	21,2
1996	75,2	8,1	16,7
1997	83,7	3,5	12,8

Ensino Fundamental

Ano	Promoção	Retenção	Evasão
1980	66,9	25,1	8,0
1985	70,1	18,7	11,2
1990	72,9	16,2	10,9
1995	79,2	11,7	9,1
1996	83,8	8,6	7,6
1997	90,8	3,8	5,4

(o piso inicial de um professor de 1.ª a 4.ª séries passou de R\$ 282,00, para 40 horas trabalhadas, para R\$ 650,00 para 30 horas; o de 5.ª série em diante passou de R\$ 337,00, para 40 horas trabalhadas, para R\$ 802,00 para 30 horas, com chance de subir para R\$ 1.070,00 se forem cumpridas as 40 horas). “A pauta do segundo mandato do Covas continuará sensível aos salários”, diz Alquéres, reconhecendo que os salários da área

ainda são baixos. O plano de carreiras, aprovado em dezembro de 1997, permite a melhoria dos salários também por produção acadêmica e investimento em cursos e não apenas por tempo de serviço.

No último concurso de professor de nível P 2 (de 5.ª série em diante), no Estado, 149 mil inscritos disputaram 48 mil vagas. A procura, para ele, não é só reflexo do desemprego no País. A profissão voltou a atrair.